

Rendimento

BANCO RENDIMENTO S.A.
 www.rendimento.com.br
 CNPJ: 68.900.810/0001-38
 Rua Ofélia, S/N
 10º andar | São Paulo - SP
 CEP: 05425-070
 Ouvidoria: 0800 722 0132

Relatório da Administração

Mensagem da Administração

Senhores Acionistas, Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, a Administração do Banco Rendimento S.A. ("Instituição" ou "Banco") submete a V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Relatório do Auditor Independente, relativo ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025. O Banco Rendimento S.A. permaneceu resiliente com a priorização dos investimentos em tecnologia, capital humano e em soluções inovadoras de inteligência artificial, com vistas a modernização dos ambientes de negócios e de controle e o compromisso de eficiência e excelência operacional. Essas iniciativas, em linha com a estratégia de longo prazo, tiveram por objetivo garantir a manutenção da qualidade do ativo, a solidez financeira do Banco e a geração de valor econômico sustentável. Tivemos como destaques do exercício o Lucro Líquido de R\$ 38,8 milhões e o retorno de 20,14% sobre o Patrimônio Líquido. Influenciados, principalmente, pelas receitas dos produtos de crédito, câmbio e demais serviços e a eficiente alocação de capital e gestão dos negócios os quais fomentaram os nossos resultados. A carteira de crédito ampliada, ficou posicionada em R\$ 2,3 bilhões e as captações o montante de R\$ 2,8 bilhões. O Patrimônio Líquido, em linha com a performance dos portfólios, alcançou R\$ 493 milhões, o que se evidencia a preservação da saúde das posições patrimoniais e financeiras. A Administração reafirma seu compromisso com a transparência, a governança e a conformidade regulatória, alinhado às melhores práticas do mercado e às expectativas de seus acionistas, clientes e demais partes interessadas.

A Instituição

O Banco Rendimento S.A. atua no mercado de câmbio através de operações de câmbio financeiro e trans-

no, importação e exportação de moedas, transferências internacionais, recebimentos de recursos do exterior, cartões pré-pagos nacionais e internacionais e abertura de conta corrente em moeda estrangeira. No área de crédito concentra as operações no Middle Market, com a concessão de empréstimos, financiamentos, descontos de títulos, antecipação de recebíveis, fianças, repasses do BNDES e comércio exterior. Na plataforma de serviços mantemos o foco em soluções de pagamentos no segmento Bank as a Service e na arrecadação de tributos de veículos automotores.

Conjuntura Econômica

No exercício findo de 2025 consolidou-se com um período de superação frente às incertezas globais que marcaram o início do ano. Inicialmente, a volatilidade nos ativos domésticos foi intensificada por um ambiente de incertezas de ações e emissão de títulos. O crescimento da atividade econômica e fiscal dos Estados Unidos. Contudo, o desmoronar do ano revelou uma guerra comercial menos disruptiva do que o antecipado, permitindo que o encerramento do período apresentasse indicadores superiores às projeções iniciais. Neste contexto, os ativos domésticos apresentaram uma performance robusta, o Ibovespa acumulou ganho de 33,95% no ano e dólar desvalorizou frente ao real em 11,18%. A apreciação da moeda nacional foi motivada tanto pelo enfraquecimento global do dólar quanto pela atratividade das operações de "carry trade", impulsionadas pela elevação da taxa Selic, que atingiu o patamar de 15% a.a. em junho. A economia segue em um processo de desaceleração gradual, o PIB avançou apenas 0,1% no terceiro trimestre, com o elevado endividamento de famílias e de pequenas e médias empresas, que limita o consumo em um ambiente de condições financeiras mais restritivas. O consumo das famílias perdeu tração, desacelerando de 0,6% no primeiro e segundo trimestres para uma alta de apenas 0,1% no terceiro. Observa-

se um crescimento sustentado especialmente pelos setores exógenos, como a Agropecuária e a Extração Mineral. A taxa de desemprego tem se mantido em patamares historicamente baixos, mas com redução na população ocupada e na taxa de participação. As projeções de crescimento foram revisadas para cima, mas permanece a perspectiva de desaceleração da atividade, em razão de fatores como o maior grau de aperto esperado para a política monetária e a expectativa de um menor impulso fiscal. A nossa projeção de crescimento do PIB para 2025 é de 2,2% e para 2026 de 1,7%. Na política monetária, o IPCA encerrou o exercício com 4,26%, perto do teto da meta de 4,5% e apresentou melhora significativa frente às projeções mais pessimistas do início do ano, favorecido pela valorização cambial e pela queda nas commodities globais. O Copom manteve a Selic em 15% a.a. durante o segundo semestre, assegurando a ancoragem das expectativas e pavimentando o caminho para o ciclo de flexibilização em 2026. Em 2025, o fluxo cambial brasileiro registrou saída líquida de US\$ 31,9 bilhões. O movimento foi puxado pelo canal financeiro, que acumou déficit de US\$ 81,1 bilhões, refletindo remessas de juros, pagamentos de juros e realocações de portfólio. Apesar disso, o real apresentou valorização ao longo do período, beneficiado pelo elevado diferencial de juros e pelo enfraquecimento do dólar no cenário internacional. A resiliência do setor externo foi reforçada pelo financiamento via Investimento Estrangeiro Direto (IED), tipicamente mais estável, enquanto a balança comercial manteve desempenho robusto, com superávit de US\$ 49,1 bilhões.

Riscos e Controles Internos

O gerenciamento de riscos e capital encontra-se permeado por toda Instituição, com estruturas compatíveis à natureza das operações e aderentes às melhores práticas, assegurando a continuidade dos negócios, através de processos, sistemas e efetivos controles no tocante a exposição aos riscos.

A Área de Riscos, Capital e Controles Internos atua focada no cumprimento dos requerimentos regulatórios e em conformidade com as diretrizes, políticas e alçadas definidas pela Alta Administração, de forma independente e em perfeita sintonia na geração e preservação de valor econômico da Instituição.

Governança Corporativa

O Banco Rendimento S.A. adota política de gestão corporativa com base em práticas de mercado com a disseminação em toda Instituição, ancoradas em princípios da ética, da transparência, do respeito e da equidade no relacionamento com clientes, parceiros, fornecedores e corpo funcional, sempre focado no contínuo aprimoramento do formato de gestão apoiados nas diretrizes e estratégias da Alta Administração.

Auditor Independente

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações financeiras do Banco Rendimento S.A. para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

A Administração do Banco Rendimento S.A. agradece a confiança depositada de seus clientes e parceiros e ao empenho de seus colaboradores.

Balanco Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)			
ATIVO	Nota	31/12/2025	
Disponibilidades.....	4	254.955	
Ativos financeiros.....		3.736.998	
 Ao valor justo por meio do resultado.....		 6.150	
Títulos e valores mobiliários.....	7a	3.397	
Instrumentos financeiros derivativos.....	7a	2.753	
 Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....		 480.588	
Títulos e valores mobiliários.....	6a	480.588	
 Ao custo amortizado.....		 3.250.260	
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	5	1.143.049	
Títulos e valores mobiliários.....	6	185.270	
Relações interfinanceiras.....	8	1.488.314	
Operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito.....	9a	433.627	
 Outros ativos.....		 10	
 Ativos fiscais.....		 17a	
 Investimentos.....		 11b	
 Imobilizado.....		 15	
 Intangível.....		 12	
 TOTAL DO ATIVO.....		 4.466.514	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanco Passivo - Em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)			
PASSIVO	Nota	31/12/2025	
Passivos financeiros.....		3.670.979	
 Ao valor justo por meio do resultado.....		 2.385	
Instrumentos financeiros derivativos.....	7a	2.385	
 Ao custo amortizado.....		 3.668.594	
Depósitos no mercado aberto.....	13	2.765.655	
Captações de ações e emissão de títulos.....		59.451	
Obrigações por empréstimos e repasses.....	14	103.475	
Outros passivos financeiros.....	15	738.793	
 Outras obrigações.....		 16	
 Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros.....		 2.468	
 Passivos fiscais.....		 17c	
 Provisões para contingências.....		 25b	
 Patrimônio líquido.....		 19	
Capital social.....		360.000	
Reservas de lucros.....		133.235	
Outros resultados abrangentes.....		21	
 TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		 4.466.514	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)						
	Nota	Capital social	Reservas	Outros resultados abrangentes	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2025		360.000	15.459	114.267	(3.009)	486.717
Ajustes a valor justo, líquidos de impostos.....		-	-	-	21	21
Lucro líquido.....		-	-	-	53.011	53.011
Constituição de reserva legal.....		-	2.544	-	(2.544)	-
Constituição de reserva de lucros.....		-	-	12.165	(12.165)	-
Dividendos.....	19b	-	-	(11.200)	(12.500)	(23.700)
Juros sobre capital próprio.....	19b	-	-	-	(22.793)	(22.793)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		360.000	18.003	115.232	21	493.256
Saldos em 31 de dezembro de 2024		360.000	13.065	114.267	3	487.335
Adoção inicial Resolução CMN nº 4.966/21.....		-	-	-	(3.942)	(3.942)
Saldos em 1º de janeiro de 2025		360.000	13.065	114.267	3	483.383
Ajustes a valor justo, líquidos de impostos.....		-	-	-	18	18
Lucro líquido.....		-	4.938	-	98.760	98.760
Constituição de reserva legal.....		-	-	-	(4.938)	-
Constituição de reserva de lucros.....		-	-	12.165	(12.165)	-
Dividendos.....	19b	-	-	(11.200)	(8.500)	(19.700)
Juros sobre capital próprio.....	19b	-	-	-	(42.215)	(42.215)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		360.000	18.003	115.232	21	493.256

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)			
--	--	--	--

1. Contexto Operacional: O Banco Rendimento S.A. ("Instituição, Banco ou Banco Rendimento") com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 5.501 - 10º andar, é uma sociedade anônima de capital fechado, em conformidade com suas contratuais (conjuntamente denominadas "Grupo Rendimento") e tem como objeto social a prestação de serviços bancários, inclusive a abertura e a administração de contas correntes, de depósito, de poupança, de aplicação, de câmbio, de crédito, de antecipação de recebíveis, de fianças, de pagamento e de administração de títulos e valores mobiliários. Os benefícios dos serviços prestados entre as instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e alterações consecutivas, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), de acordo com as Resoluções CMN nº 4.818/20 e BCB nº 2/20, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), e com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A partir de 1º de janeiro de 2025, a Instituição adotou a Resolução CMN nº 4.966/21 e a Resolução BCB 352/23, alterando os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e o tratamento a ser adotado na apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores, conforme previsto no Art. 7º da Resolução CMN nº 4.966/21. A Lei nº 14.647/22, entrou em vigência no dia 1º de janeiro de 2025 e dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Os efeitos decorrentes da sua aplicação estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários. A Resolução CMN nº 4.975/21 aprovou o CPC 06 (R2), que estabelece os conceitos de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento. Tais operações, desde que atendam aos critérios da norma, passam a ser reconhecidas em balanço. Como o Banco optou pela facilidade de aplicar o pronunciamento apenas a instrumentos firmados ou renovados a partir de sua vigência, não houve impactos nas demonstrações financeiras relativos a ajustes retroativos. A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 12 de fevereiro de 2026.

3. Sumário das principais práticas contábeis: a) **Ajustamento do resultado:** As receitas e despesas são avaliadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro, são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. b) **Moeda funcional:** As demonstrações financeiras do Banco Rendimento S.A. estão representadas em Reais (R\$) que é sua moeda funcional e de apresentação. c) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos em instituições financeiras, complementados com investimentos de alta liquidez em aplicações interfinanceiras de liquidez, com prazo igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e que apresente risco insignificante de mudança de valor e limites. d) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das retenciones pertencentes ao período futuro e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações. e) **Instrumentos financeiros:** O Banco mantém seus Instrumentos Financeiros qualificados conforme Resoluções CMN 4.966/21, BCB 352/23 e regulações complementares. **Classificação de instrumentos financeiros** - Os critérios adotados para essa classificação se basearam no modelo de negócio definido pela Alta Administração, considerando as características dos fluxos de caixa contratuais e a identificação, específica, se estes atendem ao critério de "Somente Pagamento de Principal e Juros". Nessas condições os instrumentos financeiros serão classificados em três categorias: i. Custo Amortizado (CA); Ativos financeiros geridos para recebimento de fluxos de caixa contratuais, consistindo somente em pagamentos de principal e juros (SPPI), nele incluídas as operações de crédito, antecipação de recebíveis e cartão de crédito. Para a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na origem ou na emissão do instrumento financeiro, realiza o processo segundo o método de taxa de juros diferenciada. ii. Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes (VJOR). Ativos financeiros geridos para recebimento de fluxos de caixa e venda, desde que atendam ao critério SPPI; e iii. Valor Justo no Resultado (VJR). Ativos financeiros cujos fluxos de caixa não atendem ao critério SPPI ou não geridos para venda em que se encontram classificadas as operações de câmbio e derivativos. **Teste de somente pagamento de principal e juros (SPPI)** - Na aplicação do teste SPPI foram observados os fluxos de caixa contratuais consistiram somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor principal e se as taxas praticadas não apresentavam oscilações substanciais que influenciavam nesses fluxos de caixa. Apoiado na aplicação do teste SPPI, concluiu-se que os fluxos de caixa das operações de crédito, câmbio e tesouraria atendem ao critério SPPI, justificando sua classificação como Custo Amortizado ou VJR. Para novos produtos, o teste será aplicado no momento da contratação, garantindo a conformidade com as normas regulatórias. **Taxa de juros efetiva** - a taxa de juros efetiva (TJE) será calculada com base no método de juros efetivo conforme o artigo 15 da Resolução CMN nº 4.966/21. Para os instrumentos financeiros classificados como Custo Amortizado, estão considerados os custos de transação e eventuais valores recebidos na origem ou na emissão dos ativos e optou-se pela metodologia diferenciada, apropriando receitas e despesas de forma linear ao longo do prazo contratual. **Provisões associadas ao risco de crédito** - O Banco adota a metodologia simplificada para o cálculo das perdas esperadas, dos instrumentos financeiros, conforme o artigo 50 da Resolução 4.966/21. As perdas estão estimadas com bases nas análises de probabilidade de inadimplência do devedor, percentual da exposição não recuperável e valor exposto no momento da inadimplência, cujas classificações obedecem a metodologia e percentuais definidos na Resolução BCB 352/23. **Carteira 1 (C1)** - inclui operações com garantias de menor risco, como alienação fiduciária de imóveis e garantias da União ou organismos multilaterais. **Carteira 2 (C2)** - abrangente operações com garantias reais ou fiduciárias de alta qualidade, como arrendamento mercantil, hipoteca de 1º grau, penhor, alienação fiduciária de bens móveis, garantias por depósitos, títulos de encumbramento e seguros de crédito. **Carteira 3 (C3)** - reúne operações lastreadas em direitos creditórios, incluindo desconto de recebíveis e garantias por cessão de crédito, cessão ou penhor de créditos, além de garantias não enquadradas nas cartéis superiores. **Carteira 4 (C4)** - compreende operações sem garantias, principalmente para empresas, com capital de giro, ACC/Ace, debêntures e crédito rural sem garantias para investimento. **Carteira 5 (C5)** - abrangente operações de maior risco, como crédito pessoal, CDC, crédito rotativo e demais operações sem garantias não incluídas nas outras carteiras. **Ativos problemáticos** - estão considerados aqueles com atraso superior a 90 dias ou indicativos de que o recebimento não será integralmente honrado, observados os critérios definidos pela Resolução CMN 4.966/21 relativos ao atraso no pagamento, indicadores qualitativos das operações e das reestruturações. As **renegociações e reestruturações** das operações de crédito são realizadas com o objetivo de mitigar perdas e preservar o relacionamento com o cliente e são consideradas as mudanças nas condições contratuais e a intenção de evitar default da operação. Após a reestruturação, as operações são monitoradas para avaliação de cura e possível reclassificação para estágios de menor risco. A mensuração a valor justo de títulos consiste na avaliação desses instrumentos com base nos preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, considerando a data de mensuração. O preço cotado em um mercado ativo é reconhecido como a evidência mais confiável para a determinação do valor justo e deve ser utilizado sem ajustes, sempre que disponível. A classificação do valor justo é estruturada em três níveis hierárquicos, conforme descrito a seguir: • **Nível 1:** Preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento, sem necessidade de ajustes ou estimativas adicionais. • **Nível 2:** Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares, ou valores obtidos por meio de métodos de avaliação, como o método de "Fluxo de Caixa Descontado", em que todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis de mercado. • **Nível 3:** Técnicas de avaliação em que os inputs significativos não são observáveis no mercado, exigindo estimativas e pressupostos baseados em informações disponíveis. No caso específico de dos títulos presentes no Banco, estão sendo classificados nos Níveis 1 e 2 da hierarquia de valor justo. Isso significa que o valor é calculado multiplicando o preço cotado de cada título individual pela quantidade de título pelo Banco, sem a necessidade de ajustes adicionais. Essa abordagem assegura maior confiabilidade e transparência na mensuração, uma vez que se baseia diretamente em dados de mercado observáveis e verificáveis. **Investimentos:** Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. g) **Imobilizado de uso:** Correspondem aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Os bens estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, à taxa de 4% a.a. para edificações, 10% a.a. para instalações, móveis e utensílios e sistemas de comunicação e 20% a.a. para os demais itens. h) **Intangível:** São compostos por direitos adquiridos e investimentos em desenvolvimento que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando os custos de utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. i) **Redução de valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment):** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas

no resultado do período, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.924/21 e em observância ao Pronunciamento Técnico 01, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente. j) **Depósitos, cartões no mercado aberto, recursos de ações e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" da, sendo as das operações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes na data do balanço. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações. k) **Imposto de renda e contribuição social:** A provision para o imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicado sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração. l) **Operações de câmbio:** A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira é a da data de fechamento. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas das demonstrações financeiras, em conformidade com a natureza das respectivas contas patrimoniais. m) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: i) Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. ii) Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda provável não requerem provisão e divulgação. iii) Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. n) **Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução de valor recuperável, realização dos créditos tributários e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e outras provisões. Os ativos subsequentes: São considerados os eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e não recorrentes. Conforme determinado pela Resolução BCB nº 2/20, os resultados recorrentes e não recorrentes devem ser divulgados de forma segregada, já relacionados ou não, incidentalmente, com as atividades típicas da instituição, não previstos para ocorrer com frequência nos períodos futuros. Os efeitos desses eventos, considerados não recorrentes, encontram-se evidenciados na nota explicativa 25. **O Conversão de moeda estrangeira para atualização de posições:** Com base na Resolução BCB nº 4.924/21 para a conversão das posições em moeda estrangeira, o Banco utiliza as taxas cambiais disponibilizadas pela B3.

4. Caixa e equivalentes de caixa			
	31/12/2025		
Disponibilidades.....	254.955		
Disponibilidades em moeda nacional.....	22.432		
Disponibilidades em moeda estrangeira.....	232.523		
Aplicações no mercado aberto - (Nota 5) (1)	1.109.986		
Total.....	1.364.941		
Circulante.....	1.364.941		
(1) As operações de aplicações no mercado aberto que compõe a rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa", possuem vencimento de até 90 dias.			

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez			
	31/12/2025		
Aplicações no mercado aberto - Posição bancada.....	1.109.986		
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	909.999		
Notas do Tesouro Nacional (NTN).....	99.999		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT).....	99.988		
Aplicações em moeda estrangeira (1)	24.290		
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	8.773		
Total.....	1.143.049		
Circulante.....	1.143.049		
(1) Aplicações vinculadas a operações com parceiros no exterior.			

6. Títulos e valores mobiliários			
a) Composição por classificação dos títulos e valores mobiliários			
	31/12/2025		
Valor de custo	Ajuste a valor de mercado	Valor justo	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	3.397	3.397	
Carteira própria - Livres.....	3.397	3.397	
Ações de fundos de investimento de renda fixa (1)	1.633	1.633	
Cotas (2)	1.764	1.764	
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	480.550	38	480.588
Carteira própria - Livres.....	311.228	21	311.249
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (3)	309.143	23	309.166
Notas do Tesouro Nacional (NTN) (4)	2.085	(2)	2.083
Vinculados a operações compromissadas.....	59.491	(14)	59.477
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (4)	56.967	1	56.968
Notas do Tesouro Nacional (NTN) (5)	2.524	(15)	2.509
Vinculados a prestação de garantias.....	109.831	31	109.862
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (6)	109.831	31	109.862

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025
16. Outras obrigações	
Sociais e estatutárias.....	59.835
Provisão para pagamentos a efetuar.....	39.139
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....	6.340
Credores diversos - País ⁽¹⁾	6.187
Negociação e intermediação de valores.....	5.698
Valores a pagar a sociedades ligadas.....	1.290
Outras.....	4
Total.....	118.493
Circulante.....	99.137
Não circulante.....	19.356

⁽¹⁾ Inclui obrigações decorrentes da custódia de ativos virtuais de clientes.

17. Tributos

	31/12/2025
Ativos fiscais correntes.....	54.379
Impostos e contribuições a compensar (IR / CSLL).....	50.333
Outros impostos e contribuições a compensar.....	4.046
Ativos fiscais diferidos.....	138.585
Créditos tributários.....	138.585
Total.....	192.964
Circulante.....	37.096
Não circulante.....	155.868

b) Créditos tributários: Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações:

	31/12/2024	Constituição	Realização	31/12/2025
Perdas associadas ao risco de crédito.....	26.559	13.897	(11.216)	29.240
Riscos fiscais PIS/COFINS.....	45.048	2.779	-	47.827
Contingências.....	7.319	3.214	(1.820)	8.713
Participação nos lucros, bônus e gratificações.....	23.054	18.019	(17.554)	23.518
Outras.....	29.490	17.332	(17.536)	29.286
Total.....	131.471	55.241	(48.126)	138.585

Os créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável futuro para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores. A compensação desses créditos ocorrerá dentro do prazo permitido pela Resolução CMN nº 4.842/20, condicionados à natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indutíveis. O Banco não apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

Ano	Valor nominal	Valor presente
2026.....	43.530	37.667
2027.....	68.617	59.848
2028.....	9.024	7.869
2029.....	8.147	7.090
2030.....	8.309	7.220
Acima de 2030.....	958	830
Total.....	138.585	120.525

Com base nas projeções, a Administração considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente é estimado considerando a taxa de custo de captação (Selic) estipulada para os respectivos períodos.

c) Passivos fiscais

	31/12/2025
Passivos fiscais correntes.....	53.848
Impostos e contribuições a recolher.....	53.848
Passivos fiscais diferidos.....	1.828
Provisão para impostos e contribuições diferidos ⁽¹⁾	1.828
Total.....	55.676
Circulante.....	53.848
Não circulante.....	1.828

⁽¹⁾ Passivo fiscal diferido é composto basicamente por atualizações de depósitos judiciais com previsão de realização após 5 anos.

d) Demonstração da despesa de imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Valores correntes.....	(23.464)	(37.968)
IR e CSLL no país - Corrente.....	(23.464)	(37.968)
Valores diferidos.....	8.878	2.934
Diferenças temporárias.....	8.878	2.934
Total.....	(14.586)	(35.034)

e) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Resultado antes dos tributos e participações.....	72.738	141.662
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20%).....	(32.732)	(63.747)
Encargos sobre JCP.....	8.361	17.101
Participação de empregados no lucro.....	2.313	3.541
Encargos sobre participação em controladas.....	834	1.523
Outros valores ⁽¹⁾	6.638	6.548
Imposto de renda e contribuição social do período.....	(14.586)	(35.034)

⁽¹⁾ Inclui, principalmente, valores relacionados a Lei do Bem.

18. Transações com partes relacionadas: a) Saldo das transações: As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais de mercado no tocante a encargos e prazos.

	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Outros ativos.....	2.110	-
Rendimento DTVM S.A.....	2.110	-
Depósitos.....	(13.938)	17
Rendimento DTVM S.A.....	(3.744)	17
RendimentoPay Instituição de Pagamentos S.A.....	(9.195)	-
Pessoas físicas.....	(705)	-
Mac Participações e Controladas.....	(46)	-
Action Empreendimentos e Participações Ltda.....	(5)	-
Cotação Câmbio e Turismo Ltda.....	(5)	-
Cotação Serviços Financeiros Ltda.....	(3)	-
Outras.....	(235)	-
Certificado de depósito bancário.....	(442.200)	(57.545)
Action Empreendimentos e Participações Ltda.....	(12.632)	(395)
Ades Investimentos e Participações Ltda.....	(139)	(27)
Adm Empreendimentos Imobiliários Ltda.....	(8.336)	(577)
Rendimento Ventures Ltda.....	(110)	(31)
RendimentoPay Instituição de Pagamentos S.A.....	(12.947)	(950)
Cotação Câmbio & Turismo Ltda.....	(15.288)	(1.187)
Cotação Serviços Financeiros Ltda.....	(652)	(592)
Rendimento Holding S.A.....	(688)	(89)
Mac Participações e Controladas.....	(164.515)	(21.337)

	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Ativo (Passivo).....	Receita (Despesa).....	Receita (Despesa).....
Levpay Intermediação Financeira S.A.....	(75)	(10)
Pessoas físicas.....	(214.366)	(15.351)
Outras.....	(11.452)	(887)
Letras de crédito imobiliário.....	-	-
Pessoas físicas.....	-	(208)
Obrigações por operações compromissadas.....	(3.235)	(831)
Rendimento DTVM S.A.....	(3.235)	(831)
Relações interfinanceiras.....	(102)	-
Rendimento DTVM S.A.....	(90)	-
RendimentoPay Instituição de Pagamentos S.A.....	(12)	-
Cartões pré-pagos e pós pagos.....	(602)	(6.679)
RendimentoPay Instituição de Pagamentos S.A.....	(602)	(6.679)
Outras receitas/despesas operacionais e administrativas.....	-	1.381
RendimentoPay Instituição de Pagamentos S.A.....	-	978
Rendimento DTVM S.A.....	-	403

b) Remuneração da Administração: Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social da Instituição, observado o limite percentual de 30% de acordo com Resolução CMN nº 4.820/20. A Instituição incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos administradores:

	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Remuneração fixa.....	7.762	15.140
Remuneração variável.....	4.048	8.262
Encargos sociais.....	2.913	5.796
Total.....	14.723	29.198

O Banco não oferece benefícios de longo prazo, pós-emprego, rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

19. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social, totalmente integralizado é de R\$ 360.000, representado por 149.118 ações nominativas, sendo 74.559 ações ordinárias e 74.559 ações preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas asseguram ao acionista a prioridade de reembolso do capital e o direito de participação na distribuição de dividendos e bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias. **b) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da Diretoria, mediante Assembleia Geral dos Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco efetuou o pagamento das seguintes deliberações de juros sobre capital próprio (JCP) e dividendos:

	Valor deliberado	IRRF	Valor líquido	Data da deliberação
Dividendos.....	15.000	-	15.000	28/01/2025
Juros sobre capital próprio.....	19.422	(2.913)	16.509	28/01/2025
Dividendos.....	8.000	-	8.000	13/06/2025
Juros sobre capital próprio.....	21.905	(3.286)	18.619	03/07/2025
Juros sobre capital próprio.....	888	(133)	755	16/10/2025
Dividendos.....	12.500	-	12.500	11/12/2025
Dividendos.....	11.200	-	11.200	11/12/2025
Total.....	88.915	(6.332)	82.583	

c) Reservas de lucros: Reserva Legal: o Banco Rendimento S.A. deve destinar 5% do lucro líquido de cada semestre social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado. Outras Reservas: composta por lucros obtidos a serem destinados em Assembleia Geral Ordinária. A Administração possui plano e aval da assembleia caso as reservas de lucros excedam o valor de capital.

20. Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Tarifas de compensação e arrecadação.....	45.733	89.638
Tarifas de operações de câmbio.....	12.061	28.147
Tarifas de processamentos - PIX.....	3.078	7.203
Receitas de cobrança.....	1.631	3.252
Rendas de garantias prestadas.....	1.605	2.846
Pacote de serviços.....	922	1.827
Outras.....	6.404	15.544
Total.....	71.434	148.457

21. Despesas de pessoal

	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Proventos.....	(65.123)	(131.003)
Encargos sociais.....	(24.876)	(49.528)
Benefícios.....	(21.766)	(41.130)
Honorários.....	(11.305)	(23.069)
Outras.....	(260)	(599)
Total.....	(123.330)	(245.329)

22. Outras despesas administrativas

	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Processamento de dados.....	(35.869)	(69.040)
Depreciação e amortização.....	(19.666)	(27.470)
Serviços técnicos especializados.....	(6.451)	(12.610)
Transportes.....	(4.629)	(9.279)
Serviços do sistema financeiro.....	(3.793)	(8.619)
Aluguéis.....	(3.663)	(7.214)
Propaganda e publicidade.....	(2.073)	(3.674)
Contribuições filantrópicas.....	(1.639)	(3.180)
Comunicações.....	(1.644)	(2.962)
Relações públicas.....	(1.404)	(2.844)
Manutenção e conservação de bens.....	(1.027)	(3.503)
Serviços de terceiros.....	(1.016)	(1.959)
Condôminio.....	(731)	(1.536)
Vigilância e segurança.....	(613)	(1.218)
Despesas de água, energia e gás.....	(333)	(765)
Despesas de material.....	(105)	(195)
Despesas de seguros.....	(212)	(600)
Despesas de publicações.....	(90)	(182)
Outras.....	(3.023)	(5.095)
Total.....	(87.981)	(161.945)

23. Despesas tributárias

	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Cofins (4%).....	(14.835)	(27.966)
ISS (5%).....	(3.562)	(7.418)
PIS (0,65%).....	(2.428)	(4.586)
Outras.....	(1.014)	(2.192)
Total.....	(21.839)	(42.162)

24. Outras receitas e despesas operacionais

	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Atualização monetária de depósitos judiciais e impostos.....	6.292	10.733
Reversão de provisões operacionais.....	3.743	3.863
Recuperação de despesas.....	2.128	5.661
Outras.....	3.016	3.470
Total.....	15.179	23.727

b) Outras despesas operacionais

	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Convênios operacionais.....	(69.394)	(130.124)
Processamento de transações de pagamento.....	(46)	(804)
Outras.....	(5.699)	(10.764)
Total.....	(75.139)	(141.692)

25. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: a) Ativos contingentes: Em 31 de dezembro de 2025, não existiam processos classificados pela Administração como prováveis de realização. **b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais:** (i) Provisões cíveis e trabalhistas: os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor estimado da contingência classificada como perda provável, acrescido dos respectivos encargos, é integralmente provisionado e atualizado na periodicidade prevista em lei. As contingências judiciais de natureza cível têm sua origem, principalmente, em transações financeiras contestadas por clientes, por meio de ações indenizatórias, onde geralmente é arguida alguma irregularidade ou falha na prestação de serviços pela instituição, tais como ilegalidade na cobrança de tarifas, vícios no abertura de relacionamento, ocorrência de fraude cibernética e outros riscos decorrentes da oferta de produtos e serviços no segmento financeiro. As contingências judiciais de natureza trabalhista têm sua origem, principalmente, em discussões sobre direitos relativos à jornada de trabalho, horas extras e indenizações diversas. (ii) Provisões fiscais - As provisões para riscos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, provisionados no passivo não circulante na rubrica "Provisões para contingências", substancialmente pelo seguinte processo: • Contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essa causa, o montante provisionado é de R\$ 106.282 em 31 de dezembro de 2025. As movimentações das provisões para contingências, obrigações legais e depósitos judiciais ocorridas no exercício, estão a seguir apresentadas:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Provisão para contingências				
Saldo inicial em 31/12/2024.....	105.427	8.917	3.241	117.585
Constituições/atualizações/(reversões).....	6.714	3.718	(939)	9.493
(Bancas por pagamentos).....	-	(1.248)	(188)	(1.436)
Saldo final em 31/12/2025.....	112.141	11.387	2.114	125.642

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Depósitos judiciais				
Saldo inicial em 31/12/2024.....	101.465	2.005	1.549	105.019
Adições/atualizações.....	6.284	122	121	6.527
(Realizações).....	-	-	(375)	(375)
Saldo final em 31/12/2025 - (Nota 10).....	107.749	2.127	1.295	111.171

c) (Constituição) / reversão de provisão para passivos contingentes

	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Fiscais.....	(3.610)	(6.714)
Trabalhistas.....	(993)	(2.470)
Cíveis.....	41	1.127
Total.....	(4.562)	(8.057)

d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis: Em 31 de dezembro de 2025, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por: • 82 processos de natureza cível que somam R\$ 13.432 e são originários de ações revisionais de contratos de empréstimos e financiamentos, bem como ações indenizatórias de operações financeiras e indenização por danos materiais e morais; • 24 processos de natureza trabalhista que totalizam R\$ 15.824; • 1 processo de natureza tributária que totaliza R\$ 893; • 3 Processos administrativos movidos na esfera trabalhista no montante de R\$ 131; e • 1 Processo judicial movido na esfera da Comissão de Valores Mobiliários, no montante de R\$ 1.269.

26. Resultado não recorrente: Em 31 de dezembro de 2025, não houve resultados não recorrentes.

27. Gestão de riscos e de capital: A política de gerenciamento de riscos e capital do Banco está alinhada às melhores práticas e em conformidade com a regulação prudencial emanada do Banco Central do Brasil.

A área de Riscos é responsável pela definição dos princípios definidos na Declaração de Appetite a Riscos e aprovados pela Alta Administração, sempre na busca permanente da adequação às disposições legais e aos efetivos modelos de controles, com o envolvimento da estrutura corporativa e do acurramento desse tema nas atividades, no que tange ao monitoramento e participação de todos na gestão de riscos. Em observância à Resolução BCB nº 54/2020, informações detalhadas sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a adequação de capital constam no "Relatório de Pilar 3", disponível no endereço eletrônico: <https://www.rendimento.com.br/institucional/governanca-corporativa>. **a) Risco de mercado:** Representado pela possibilidade de perdas associadas às oscilações de fatores de mercado (taxas de juros, índices de preços, cupons cambiais, taxas de câmbio, preço de ações e preço de commodities). A gestão de risco de mercado é realizada através de efetivos controles e fundamentada em políticas internas e diretrizes aprovadas pela Alta Administração, com o objetivo de identificar, monitorar e mitigar situações de riscos associados a perdas. Os controles adotados visam a aderência às normas regulatórias, a agilidade na divulgação de reportes de risco para as áreas internas e a consistência das informações divulgadas para a administração de decisões, realizando o monitoramento diário de: (i) aderência aos limites de exposição estabelecidos, (ii) máxima perda econômica esperada (metodologia VAR), (iii) análise de GAP, (iv) análise de cenários de estresse. **Carteiras:** As posições ativas e passivas do banco, conforme a Resolução